

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.377 - PA (2019/0168406-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **JOSIEL XAVIER DA SILVA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSIEL XAVIER DA SILVA, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.

Consta nos autos que o réu foi absolvido sumariamente da imputação da prática do delito de tráfico de drogas (art. 12 da Lei n. 6.368/1976).

O Ministério Público estadual apelou. A 3ª Turma de Direito Penal do Tribunal de Justiça *a quo* deu provimento ao recurso para anular a decisão absolutória e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para prosseguimento do feito.

O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 207):

APELAÇÃO PENAL. ART. 12 DA LEI N. 6.368/76 (TRÁFICO DE DROGAS). SENTENÇA ABSOLUTÓRIA SUMÁRIA. RECURSO MINISTERIAL. PRETENDIDA NULIDADE DA DECISÃO GUERREADA, POR NÃO SE MOSTRAR PRESENTES NENHUM DOS REQUISITOS DO ART. 397 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL QUE DÃO AZO A UMA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. TESE PROCEDENTE. MAGISTRADO QUE ABSOLVEU SUMARIAMENTE O DENUNCIADO SEM SE ATER AS REGRAS PROCESSUAIS PERTINENTES AO CASO, POIS JÁ HAVIA SE PASSADO O MOMENTO ADEQUADO PARA SE PROCEDER DE TAL FORMA, EXISTINDO INSTRUÇÃO EM CURSO, INCLUSIVE COM DILIGÊNCIA DE INTIMAÇÃO DE TESTEMUNHA SEM SER FINALIZADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Nas razões do recurso especial, a defesa aponta violação do art. 397 do Código de Processo Penal.

Assevera "*que o E. TJE/PA, violando a aludida lei federal, evidente error iuris in iudicando proveniente de equívoco na valoração das provas, considerou*

que o conjunto probatório demonstra que o réu praticou o retro citado delito" (e-STJ fl. 223).

Diante dessas considerações, pede a defesa a reforma do acórdão recorrido, reconhecendo que "[...] *houve violação ao art. 397 do Código de Processo Penal, o qual foi corretamente fundamentado pelo Juízo singular, absolvendo o ora Recorrente de forma definitiva em consonância com o que foi decidido pelo Juízo singular do feito*" (e-STJ fl. 224).

Contrarrazões às e-STJ fls. 236/239.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 267/270).

É o relatório.

Decido.

Verifico que, ao contrário da afirmação da defesa, o colegiado de origem anulou a sentença de absolvição sumária em razão da inobservância do rito previsto nos arts. 396-A e 397 do Código de Processo Penal, e não porque foram constatados indícios de autoria delitiva.

Transcrevo excerto do julgamento (e-STJ fls. 208/209):

Ora, analisando o que foi posto no presente recurso, entendo que a decisão guerreada deverá ser anulada, pois conforme descrito nos autos, a denúncia foi devidamente recebida à fl. 40-v, tendo o magistrado, que à época era respondia pela 3ª Vara Criminal de Barcarena, **começado a instrução do feito** à fl. 48, tendo procedido à qualificação e interrogatório do acusado, designando nova data para continuação da instrução, inclusive já sendo intimado naquele ato, algumas testemunhas do processo.

Às fls. 78/79, foi procedida continuação da instrução, sendo **ouvido novamente o acusado, uma testemunha** e determinada a **intimação de outra testemunha faltosa**, sendo necessário para isso a **expedição de carta precatória**.

Ao retornar a carta precatória, sem ser cumprida, o Juiz de Direito, Roberto Andrés Itzcovich, **sem nenhuma formalidade necessária, absolveu sumariamente o denunciado**, com fundamento no art. 397 do CPP, sem sequer intimar as partes sobre o retorno da carta precatória, nem mesmo possibilitar a apresentação das devidas razões

finais as mesmas.

Pelo que se pode observar do pouco explanado acima, **a decisão que poderia absolver sumariamente o acusado deveria ter sido prolatada em fase anterior a audiência de instrução**, ainda mais quando já qualificado e interrogado o réu e testemunhas, estando pendente inquirição de uma testemunha que ainda não tinha sido intimada, não podendo o magistrado ter proferida a decisão que proferiu, onde **deveria ter intimado a parte para saber a imprescindibilidade da testemunha faltosa e, caso não fosse mais necessária, aguardar as razões finais das partes** para, somente depois, sentenciar o feito, já que **a absolvição sumária, presente no art. 397 do Código de Processo Penal deverá ser imposta logo após apresentada a denúncia acusatória**.

Os arts. 396-A e 397, do Código de Processo Penal, enfatizam que:

Art. 396-A. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Art. 397. **Após o cumprimento do disposto no art. 396-A**, e parágrafos, deste Código, o Juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

- I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade;
- III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou
- IV - extinta a punibilidade do agente.

Portanto, necessário se tomar o curso normal do processo, anulando a decisão absolutória sumária, determinando o retomo dos autos ao juízo de primeiro grau, para prosseguimento do feito. (Grifei.)

Desse modo, constato que as razões do recurso especial **não infirmaram o fundamento do acórdão recorrido** – inobservância do rito dos arts. 396-A e 397 do Código de Processo Penal –, atendo-se o recorrente a afirmar que o acórdão estadual incorreu em *error in iudicando* porquanto ausente provas da autoria delitiva.

Desse modo, a ausência de impugnação específica do fundamento do acórdão estadual, o qual se revela capaz de manter a conclusão do julgamento, atrai a incidência do enunciado 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e impede o conhecimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USO DE DOCUMENTO FALSO. ATIPICIDADE. AUSÊNCIA DE VOLUNTARIEDADE. CARACTERIZAÇÃO DO DELITO. SÚMULA N. 83 DO STJ. IMPROPRIEDADE DO OBJETO (FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA). VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. POSSIBILIDADE DE CONSULTA EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES. MAIS DE UM FUNDAMENTO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO DE UM DELES. SÚMULA N. 283 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. Ao afastar a tese de que as autoridades policiais possuiriam condições de consultar a autenticidade do documento em sistema de informações e aferir, de pronto, sua falsidade, o Tribunal estadual valeu-se de dois fundamentos suficientes por si sós a amparar o acórdão. Entretanto, o recorrente só impugnou um deles, o que leva à incidência da Súmula n. 283 do STF.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 871.502/RS, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 29/5/2018)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE ABSOLUTA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DO ART. 422 DO CPP. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO. SÚMULA 83/STJ. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. A ausência de impugnação específica a um ou mais fundamentos do acórdão impugnado, suficientes por si sós para manter o julgado, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia.

3. Agravo regimental improvido. (AgInt no AREsp 1208397/RS, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 3/5/2018, DJe 15/5/2018)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator